

DISTRITO INTERNACIONAL

Março 2022 | Edição n°2



”

LEVAR BRASÍLIA PARA O
MUNDO
E TRAZER O MUNDO PARA
BRASÍLIA



Brasília, março de 2022

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Paco Britto
Vice-Governador

ESCRITÓRIO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO

Renata Zuquim
Chefe

Emiliano Abreu
Subchefe Executivo

REVISÃO TEXTUAL

Renata Zuquim
Chefe

Louise Alves
Assessora Especial

EQUIPE DO PROJETO

Ana Luisa Coêlho
Assessora Especial

Artur Sales
Assessor Especial

Louise Alves
Assessora Especial

Paula Azi
Assessora Especial

Ananda Ribeiro
Assessora de Comunicação

*A reprodução do conteúdo desta publicação
é proibida para fins comerciais.
As opiniões aqui apresentadas pelos
autores convidados não refletem o posicionamento do
Governo do Distrito Federal.*

Imagens: Mary Long/Shutterstock Inc.

ÍNDICE.

- 04** **Editorial**
Renata Zuquim
Chefe do Escritório de Assuntos Internacionais
- 06** **Entrevista com a embaixadora Jennifer May**
Embaixadora do Canadá no Brasil
- 15** **Notas sobre mulheres ganesas na diplomacia**
Abena P. A. Busia
Embaixadora de Gana no Brasil
- 22** **Integração da perspectiva de gênero: avanços e desafios**
Anastasia Divinskaya
Representante da ONU Mulheres no Brasil
- 29** **O papel do Itamaraty na difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa no exterior**
Embaixadora Paula Alves de Souza
Diretora do Departamento Cultural e Educacional do MRE
- 35** **Uma política externa feminista e os desafios atuais**
Anders Wollter
Encarregado de Negócios da Embaixada da Suécia no Brasil
- 41** **Redes de cidades e gênero**
Escritório de Assuntos Internacionais



EDITO RIAL



A 2ª edição da revista Distrito Internacional foi pensada no bojo do mês de março - marco para a luta pelos direitos das mulheres - para trazer ao debate o tema da transversalização da temática de gênero no âmbito internacional. Esse movimento é consumado em alusão aos 25 anos da decisão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas de transversalizar a perspectiva de gênero em todo o seu sistema. Entendemos que, desde então, houve um incremento dessa temática nos mais diversos projetos e ações internacionais promovidos globalmente, mas ainda se faz urgente a necessidade de sanar lacunas na garantia e na promoção da igualdade de gênero.

Convidamos a embaixadora do Canadá no Brasil, senhora Jennifer May; a embaixadora de Gana no Brasil, Abena Busia; a representante da ONU Mulheres, senhora Anastasia Divinskaya; a diretora do Departamento Cultural e Educacional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), embaixadora Paula de Souza; e a Embaixada do Reino da Suécia no Brasil, na pessoa de seu encarregado de negócios, ministro Anders Wollter, para trazer suas experiências e perspectivas sobre esse movimento de transversalização.

Em uma entrevista, a embaixadora Jennifer May nos conta sobre a experiência do Canadá em sua atuação na área de gênero. Ela explana sobre como o país tem se posicionado como um dos maiores contribuintes para a transversalização da temática de gênero em suas políticas, em especial no que concerne à política externa e a iniciativas de cooperação internacional para a promoção da igualdade de gênero em países em desenvolvimento.

A embaixadora Abena Busia, em notas sobre mulheres ganesas na diplomacia, ilustra o progresso da integração de mulheres na carreira diplomática e relata alguns dos desafios enfrentados. Além disso, revela como mulheres chegaram ao topo de suas carreiras tanto na diplomacia quanto no serviço em organismos internacionais.

Logo em seguida, a representante da ONU Mulheres no Brasil, Anastasia Divinskaya, apresenta o trabalho da agência, no Brasil e no mundo, na promoção dos direitos humanos das mulheres e no trabalho conjunto com governos e sociedade civil para tornar a visão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) uma realidade para todas as mulheres e meninas. Além disso, versa sobre os avanços e desafios após 25 anos das Conclusões Acordadas sobre a integração da perspectiva de gênero nas políticas e programas do sistema das Nações Unidas (ONU).

A embaixadora Paula de Souza apresenta um relato de sua trajetória profissional e, também, sua atuação à frente do Departamento Cultural e Educacional do MRE - o qual tem trabalhado arduamente para levar a cultura brasileira ao exterior, especialmente no marco dos 200 anos de independência do Brasil, a ser celebrado neste ano.

Por fim, o encarregado de negócios da Embaixada da Suécia no Brasil, senhor Anders Wollter, apresenta a Política Externa Feminista sueca, fato que tem conferido protagonismo ao país na promoção de uma agenda global feminista. Ele relata, ainda, a experiência sueca como o primeiro país no mundo a criar e implementar uma política externa com tal premissa, e expõe sobre como a transversalização da temática de gênero pode ser uma ferramenta a serviço não só de mulheres e meninas, mas de toda a sociedade.

A Revista traz também um panorama elaborado pelo Escritório de Assuntos Internacionais acerca do papel que têm exercido as redes internacionais de cidades no trabalho com a temática de gênero junto às suas cidades-membros, fomentando o cumprimento do ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Nesta edição, almejamos apresentar diferentes perspectivas sobre um tema que permeia nosso dia-a-dia, e incentivamos o debate sobre as possíveis abordagens em relação à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas em todos os aspectos da vida social e política, tanto local como internacionalmente.

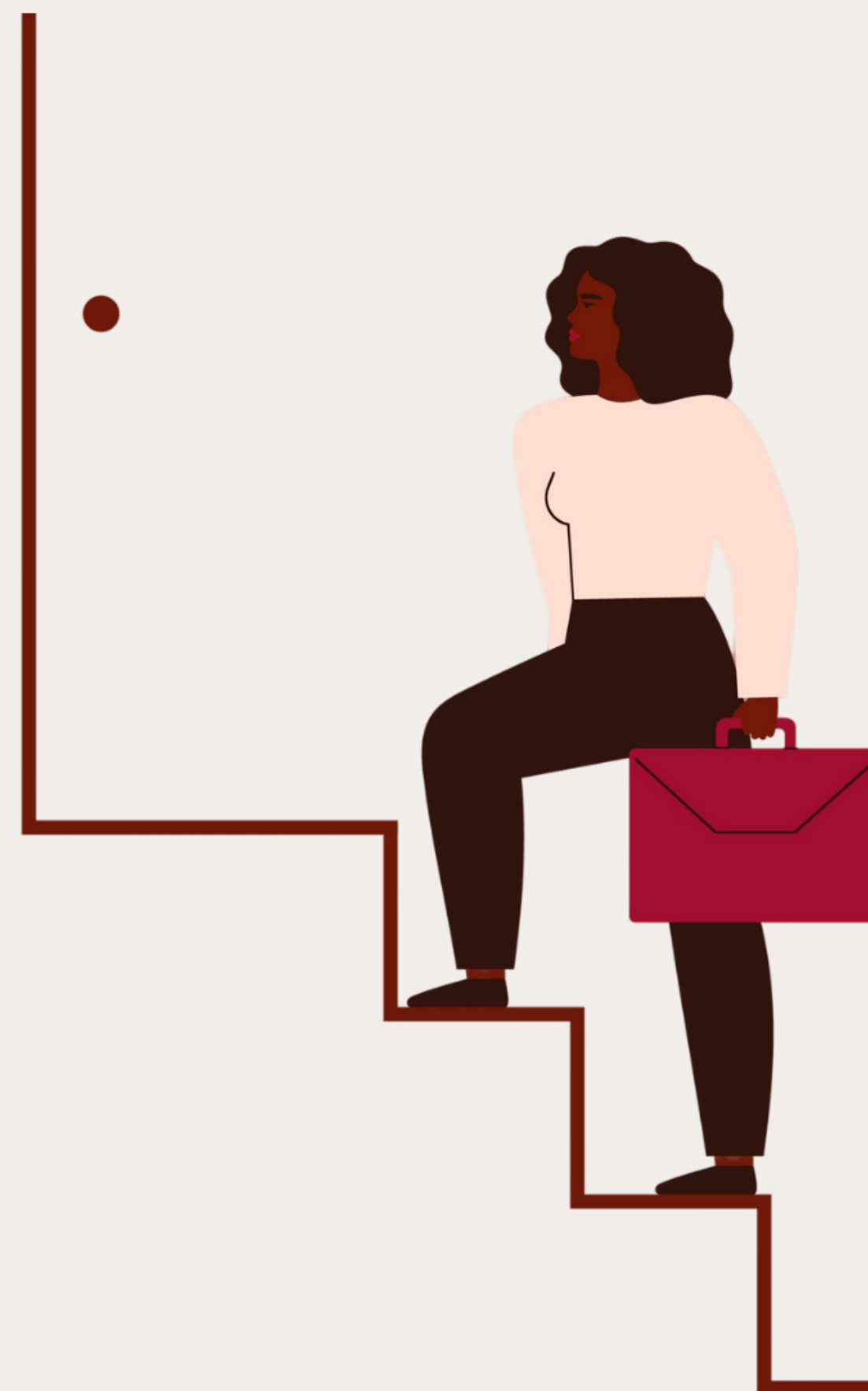
Boa leitura!

Renata Zuquim

Chefe do Escritório de Assuntos Internacionais
Governo do Distrito Federal

ENTREVISTA COM A EMBAIXADORA JENNIFER MAY

Embaixadora do Canadá no Brasil





Visita da embaixadora Jennifer May a Roraima, em 2019, acompanhando projetos financiados pelo Canadá para o acolhimento de refugiados venezuelanos, em parceria com a Operação Acolhida.

O governo do Canadá tem se posicionado mundialmente como um grande defensor da igualdade de gênero – o que é até perceptível no fato de ter uma mulher, a excelentíssima senhora ministra Mélanie Joly, responsável pelas relações exteriores do país. Ademais, institucionalizou uma Política Externa Feminista que, como uma de suas ações, apoia mais de trinta projetos em todo o mundo. Quais são os principais pontos dessa política e quais foram seus maiores desafios desde a sua implementação?

Estamos extremamente orgulhosos de ter tantas mulheres experientes, capazes e comprometidas na vanguarda da política canadense, incluindo nossa ministra das Relações Exteriores, Mélanie Joly, e nossa ministra do Comércio Internacional, Mary Ng. Sem mencionar nossa vice-primeira-ministra e ministra das Finanças, Chrystia Freeland.

O Canadá está comprometido com uma abordagem de política externa que é oficialmente feminista. Nossa política de desenvolvimento internacional também é feminista. Mas o que isso

realmente significa? Basicamente, significa que nossas políticas têm um objetivo: permitir que mulheres e meninas tenham direitos e oportunidades iguais. Estamos convencidos de que colocar as mulheres no centro de nossa cooperação internacional é a maneira mais eficaz de reduzir a pobreza e construir um mundo mais inclusivo, pacífico e próspero.

Trabalhando para esse objetivo, pretendemos ter 95% da assistência bilateral canadense para o desenvolvimento internacional apoiando a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, em mais de 30 programas em todo o mundo. Um dos desafios de ter esse alcance global é garantir que cada programa seja adaptado especificamente às necessidades e contextos do país. É aí que nossa análise baseada em gênero desempenha um papel importante, assim como trabalhar em estreita colaboração com os governos locais e a sociedade civil.

A quantidade de casos ocorridos nas diferentes ondas da Covid-19 levou ao colapso dos sistemas de saúde, elevando os riscos para as pessoas doentes. A região começou tarde e de forma desigual à vacinação, mas em seguida, ainda com dificuldades em alguns países, a população tem buscado a vacina, dada a disponibilidade que existe atualmente.

Por exemplo, aqui no Brasil, todos os projetos apoiados pelo Fundo Canadá para Iniciativas Locais – programa que apoia iniciativas da sociedade civil de pequeno porte e de alto impacto – buscam incluir uma abordagem que entenda as mulheres como protagonistas, seja na concepção do projeto ou como beneficiárias. Nos últimos 10 anos, quase um terço de todos os projetos apoiados pelo Fundo Canadá abordaram exclusivamente os temas de igualdade de gênero, empoderamento de mulheres e meninas e combate à violência sexual e de gênero.

Devo também mencionar que nenhum dos avanços nos direitos das mulheres ao longo do último século poderia ter sido possível sem a existência de organizações e movimentos independentes liderados por mulheres que começaram nas bases e se desenvolveram. As organizações de base de mulheres precisam de financiamento, e que este financiamento seja flexível, abrangente e sustentável a longo prazo.

Em 2018, o Canadá criou o Gender Results Framework (GRF) como forma de medir o progresso da integração dessa agenda e estipulou áreas prioritárias para alcançar a igualdade de gênero. Quais são essas áreas e quais foram as principais esferas de ação dessa política?

A igualdade de gênero é uma prioridade fundamental para o Canadá. Nosso governo anunciou uma Política de Assistência Internacional Feminista em 2016 e, desde então, redobramos nossos esforços e compromissos para promover a agenda de gênero no país e no exterior. O *Gender Results*

Framework (GRF) é uma ferramenta importante para nos ajudar a avaliar essa política em todas as áreas temáticas em que priorizamos.

A ideia é que aconteça uma transformação, que promova a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas como uma abordagem comprovada que tire pessoas da pobreza, aumente a autonomia feminina e crie sociedades globais mais inclusivas.

Hoje, a agenda de gênero abrange várias políticas canadenses, tanto nacional quanto internacionalmente, inclusive nas áreas de educação; participação econômica; liderança e participação democrática; violência de gênero e acesso à justiça; redução da pobreza, saúde e bem-estar; e igualdade de gênero.

Uma das ferramentas que usamos para garantir que estamos apoiando efetivamente a agenda de gênero é uma Análise Baseada em Gênero+, ou GBA+ como nos referimos a ela, que avalia os potenciais impactos de políticas, programas e serviços que estamos apoiando no país e no exterior. Essa análise leva em conta as diferentes necessidades de mulheres, meninas, homens e meninos, bem como outros fatores de identidade em todas as iniciativas que apoiamos.

Para dar um exemplo de como o quadro de igualdade de gênero é trabalhado em nosso cotidiano, aqui na Embaixada do Canadá e em todos os nossos consulados canadenses no Brasil, temos um "compromisso de gênero". Esse compromisso inclui integrar práticas inovadoras de equidade no local de trabalho e inserir essa abordagem de equidade de gênero em nossos relatórios de desempenho. É apenas mais uma maneira de garantir que isso esteja constantemente presente em nosso pensamento e em nossas deliberações.

Esperamos que, desta forma, a inclusão de mulheres e meninas faça parte de todas as iniciativas apoiadas pelo Governo do Canadá nacional e internacionalmente.



25 anos após a decisão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas de integrar a perspectiva de gênero em todo o seu sistema, a questão de gênero permeou as mais diversas ações e projetos internacionais. A senhora poderia mencionar os resultados que ilustram o impacto global desta decisão?

Um dos papéis essenciais do sistema das Nações Unidas é estabelecer um entendimento das normas fundamentais e da expectativa a serem observados pelos Estados-membros. Isso ajuda a harmonizar as ações das nações na obtenção de fins comuns.

No cenário global, o Canadá tem sido um dos principais defensores da eliminação da violência contra mulheres e meninas, particularmente nas instâncias multilaterais. Trabalhamos para promover normas e padrões para a eliminação da violência de gênero e estimular os Estados a respeitarem suas obrigações de direitos humanos.

Por exemplo, o Canadá lidera a resolução bienal sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. A resolução de 2021 teve como foco a violência contra mulheres e meninas com deficiência.



Visita oficial da Embaixadora a Roraima, em 2019, para tratar de assuntos relativos a refugiados e povos indígenas.

Também apoiamos o gênero na força de trabalho, nos contextos digitais, e o envolvimento de homens e meninos em resoluções dos últimos anos.

Também apoiamos inequivocamente a resolução bienal sobre "a intensificação dos esforços para eliminar a violência contra as mulheres" na Terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU e temos o prazer de ver um número crescente de países apoiando esta resolução.

Todos esses são exemplos importantes de resultados que vemos em âmbito internacional. No entanto, apesar do crescente reconhecimento global do gênero como uma questão transversal, ainda há muito trabalho a ser feito, coletivamente, para combater a violência e a discriminação de gênero em todo o mundo.

Uma das áreas em que estamos vendo uma oportunidade de fazer a diferença real é em relação aos direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva. O Canadá está fazendo sua parte. Em números concretos, disponibilizamos US\$ 650 milhões para apoiar a iniciativa *Her Voice, Her Choice*, uma programação abrangente de saúde sexual e reprodutiva. Serviços de saúde sexual e reprodutiva são serviços essenciais para proteger e capacitar mulheres e meninas.

Há mais de 10 anos, a ONU iniciou um movimento para incentivar a presença de mulheres em áreas de paz e segurança. Como foi sua experiência como Diretora Executiva de Defesa e Relações com a Europa Oriental e Eurásia e quais foram seus maiores desafios?

Realmente, esse foi um período incrível da minha carreira, com muitos desafios. Vou dar a você uma ideia sobre alguns dos grandes problemas em que trabalhei naquela época. No Oriente Médio, o Canadá fez parte da Coalizão Anti-ISIS e apoiou o Iraque, a Jordânia e o Líbano nos esforços para melhorar suas capacidades militares. Na Ásia, a China estava aumentando sua presença militar no Mar do Sul da China. Na Europa Oriental, a Rússia invadiu a Ucrânia, anexando a Crimeia. Como aliado da OTAN, o Canadá aumentou sua presença na Europa, destacando tropas para a Letônia, enviando fragatas para o Mar Negro e para o Mar Mediterrâneo, e caças para policiar os céus sobre a Romênia, esforços que, infelizmente, continuam até hoje e que fazem parte de nossa determinação em face à guerra em curso da Rússia contra a Ucrânia.

Além dessas áreas em que eu estava trabalhando diretamente, tive a fantástica oportunidade de participar na agenda de “mulheres, paz e segurança”, que foi uma experiência de aprendizado rica e reveladora. Eu realmente gostei de ter podido trabalhar ao lado de tantas mulheres dedicadas e qualificadas.

Uma das coisas mais importantes que tirei dessa experiência foi o quão abrangente a agenda de mulheres, paz e segurança realmente precisa ser. Requer a participação plena, igualitária e significativa de mulheres e homens em todas as etapas dos processos de paz e em todos os níveis de tomada de decisão relevantes para a prevenção e resolução de conflitos para que ocorram mudanças concretas e tangíveis.



Almoço oferecido pela embaixadora às senadoras da República, em dezembro de 2021, em que foram discutidas as questões de Igualdade de Gênero no Brasil e Canadá.

É muito importante sempre salientarmos o quanto mulheres que lutam pela paz merecem crédito pelo impacto positivo direto que estão obtendo na prevenção e no fim de conflitos, em cenários pós-conflito e na linha de frente em tempos de crise. Em meados da década de 1990, trabalhei na antiga Iugoslávia enquanto o país se separava por meio de conflitos sangrentos. Tive a oportunidade, em várias ocasiões, de viajar para a Bósnia-Herzegovina e Croácia no meio da crise e conversar com as pessoas na linha de frente, tentando administrar hospitais e orfanatos e, muito simplesmente, manter as portas abertas enquanto enfrentavam bombardeios. As histórias que ouvi reforçaram pesquisas que demonstram uma correlação direta entre a participação significativa das mulheres e a paz sustentável.

Embora tenhamos alcançado algum progresso mundial nesta agenda, sua implementação ainda está atrasada. O último relatório do secretário-geral da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança para 2021 deixou bem claro que devemos agir urgentemente para melhorar o acesso a financiamento adequado para as mulheres pacificadoras e abordar os crescentes níveis de violência contra elas.

Finalmente, a partir desta posição como mulher como chefe de uma missão diplomática e como profissional em Relações Internacionais, que conselho a senhora dá a jovens mulheres e meninas que sonham em ocupar cargos de liderança no âmbito internacional?

Sabe, as coisas mudaram desde que ingressei no serviço exterior. Historicamente, no Canadá, as mulheres sempre foram uma minoria em posições de liderança e de relações exteriores, mas notei uma mudança ao longo dos anos: houve um aumento significativo no número de mulheres que entraram na política, bem como nas carreiras relacionadas a relações internacionais e à diplomacia.

Deixe-me dar alguns exemplos. Em 2021, as eleições parlamentares canadenses incluíram a maior proporção de mulheres eleitas em nossa história. Hoje, quase 30% dos nossos membros do Parlamento são mulheres.

O gabinete do primeiro-ministro também tem paridade de gênero, inclusive para pastas que tradicionalmente são ocupadas por homens. Nossa ministra da Defesa Nacional é uma mulher, assim como nossa ministra das Relações Exteriores, nossa ministra do Comércio Internacional e nossa vice-primeira-ministra, como mencionado anteriormente.

A governadora-geral e comandante-em-chefe do Canadá, Mary Simon, também é uma mulher, além de ser a primeira indígena inuk a ocupar o cargo.

Também vimos um aumento de mulheres ocupando posições de liderança em nossas embaixadas no exterior. Hoje, 50% dos embaixadores canadenses em todo o mundo são mulheres.

Essa mudança para a igualdade de gênero como norma é muito importante. Ter modelos para mulheres em todos os setores da sociedade é primordial para inspirar as meninas a aspirarem papéis de liderança na vida política, nos negócios, na ciência ou onde mais elas queiram estar. Admiro as mulheres que vieram antes de mim e lutaram para promover os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Elas abriram o caminho para que, hoje, nós continuássemos a progredir na igualdade de gênero.



E espero que a próxima geração de mulheres e meninas continue a avançar com a agenda, porque consistência e perseverança é o que ajudará a normalizar essa importante realidade. Meu conselho para elas é estabelecer metas e não ter medo de tentar alcançá-las. Se estão interessadas especificamente no ambiente internacional, tenham a mente aberta e sejam curiosas. Aprendam idiomas e busquem oportunidades para ganhar experiência internacional. Mas o mais importante é ter a confiança e a vontade de ir atrás do que elas querem. As mulheres pertencem a essas carreiras e precisam se sentar à mesa de decisão.

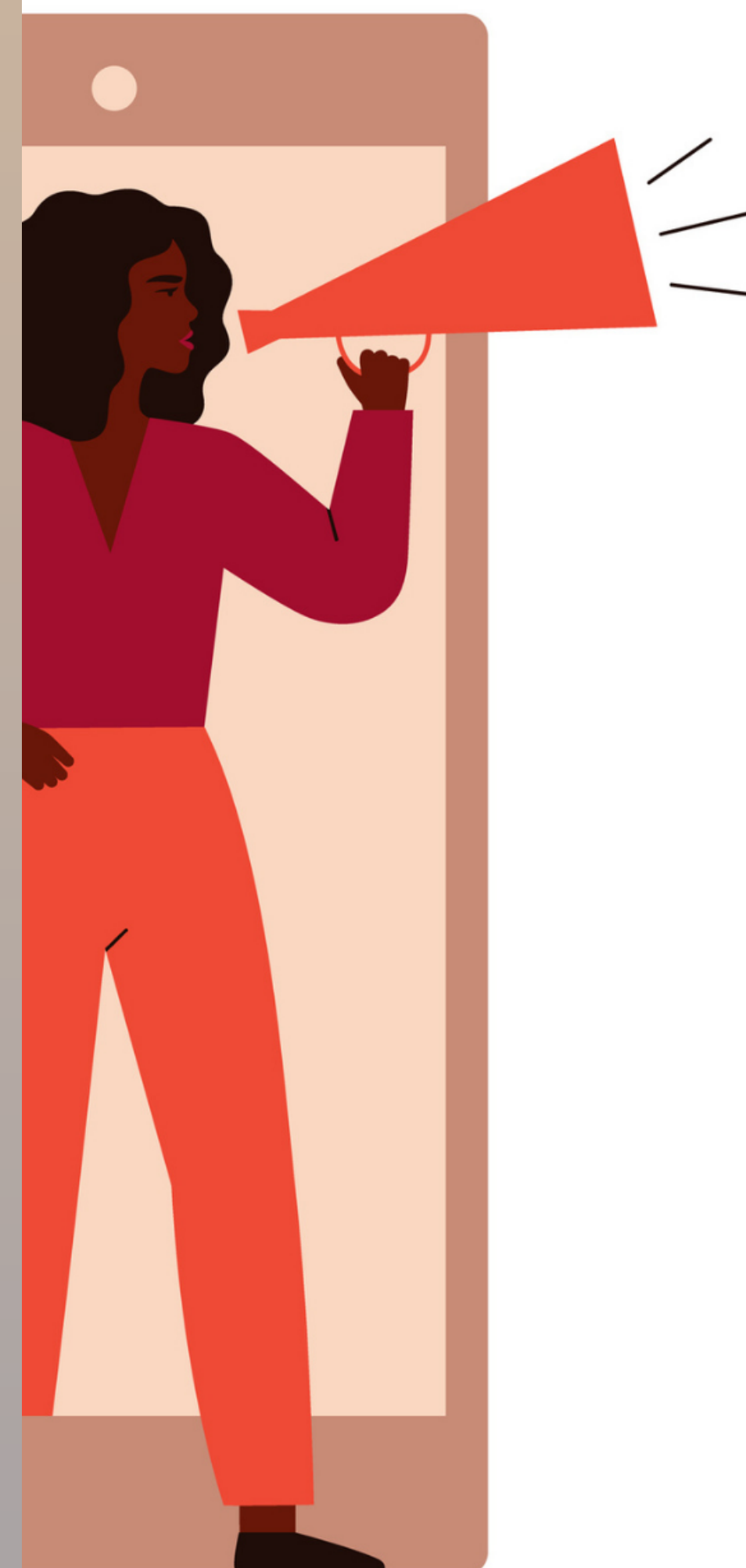
Jennifer May

Embaixadora do Canadá no Brasil



NOTAS SOBRE MULHERES GANESAS NA DIPLOMACIA

Abena P. A. Busia
Embaixadora de Gana no Brasil



A reflexão sobre a posição das mulheres na diplomacia em Gana, no contexto da transversalização, é complexa e inspiradora. Para começar, deve ser dito que a presença de mulheres no serviço diplomático em Gana é quase tão antiga quanto o Estado-nação em si. Mas a questão é: em que nível elas servem? Nós possuímos uma longa tradição de mulheres no serviço público que, ainda hoje, ocupam o secretariado e outras categorias de apoio com grande dedicação. Entretanto, meu enfoque será nas oficiais de “Categoria A”, cujas carreiras deverão alçá-las, ao longo do tempo, ao cargo de embaixadoras.

Ao menos em Gana, existem dois conjuntos distintos de pessoas na posição de Embaixadores: os diplomatas de carreira, que ascendem em meio às categorias de sua profissão de escolha como servidores públicos de carreira do Ministério Exterior para atingir o cargo de embaixador no auge de sua trajetória; e aquelas que, como eu, são apontadas politicamente - pessoas que se destacaram em outras profissões de tal maneira que os ministros de Relações Exteriores e chefes de estado os consideram aptos para servir como representantes da nação.

Durante sua existência como nação, Gana tem produzido mulheres que se destacam em ambas as categorias no âmbito político, e nossos chefes de Estado, diante de toda a persuasão política, são notáveis por nomearem mulheres ao longo da nossa história. Eu mesma vim para o serviço diplomático ao fim de 40 anos de carreira na Universidade de Rutgers, tendo iniciado como estudante de pós-graduação e professora leitora em 1º de julho de 1981 até chegar a professora emérita em 31 de dezembro de 2022.

Qualquer olhar superficial na lista de Embaixadores ganeses atualmente em serviço parecerá impressionante. Faço parte da turma de 2017, possivelmente o maior grupo de embaixadoras apontado em uma só gestão pelo presidente atual, Nana Addo

Dankwa Akufo Addo, no qual aproximadamente 40% de nós são mulheres, incluindo 11 dos 12 servindo na Europa. Porém, é importante dizer que a transversalização não é uma questão apenas de números. As Conclusões Acordadas de 1997 da ECOSOC definiram a transversalização de gênero como: “O processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e níveis. É uma estratégia para tornar as experiências e problemas, tanto de mulheres quanto de homens, uma dimensão integral da concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais para que mulheres e homens sejam beneficiados igualmente, e para que a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo principal é alcançar a igualdade de gênero”.

Então, para esclarecer o que é necessário além dos números, existem cinco princípios estabelecidos e são eles: linguagem sensível ao gênero em todas as formas textuais, inclusive escolha de imagens sensíveis ao gênero; coleta e análise de dados específicos sobre gênero; acesso e utilização igual aos serviços; todas as pessoas estarem igualmente envolvidas nos processos decisórios; e tratamento igual integrado aos processos de gestão, que incluem gestão de qualidade e orçamento para questões de gênero. O último ponto é vital, pois prestar atenção às diferentes circunstâncias e condições de mulheres e homens, às formas em que as condições de trabalho os impactam, sendo claramente desagregados em relação a impacto, em algum momento melhora a efetividade dos processos de transversalização adotados.

Isso é muito mais difícil do que possa parecer, razão pela qual se fazem necessárias as resoluções da ONU. Um episódio descontraído, porém ilustrativo, pode exemplificar meu ponto: há quatro anos, ao fim das semanas de treinamento dos embaixadores recém-nomeados, nos foi explicado que seria permitido que viajássemos aos postos de serviço com dois funcionários domésticos - um(a) “cozinheiro(a)” e um “mordomo”, ao que nossa maioria de mulheres, muitas das quais solteiras por decisão, divórcio ou por viuvez, argumentamos que um “mordomo” não era o que precisávamos, mas sim assistentes pessoais, ou, nos casos das que tinham crianças pequenas, babás.

Após muita conversa, o oficial sênior de Contabilidade, encurralado, permitiu que escolhêssemos nossos funcionários e os chamássemos como bem desejássemos, porém eles apareceriam nos livros de contabilidade como “cozinheiro(a)” e “mordomo”. Por mais interessante que a negociação houvesse sido, sua alta significância se deu porque a palavra “mordomo” carrega em sua pompa simbólica as raízes coloniais e machistas de um serviço que, em todo o mundo, parece ter sido concebido para homens aristocráticos, com esposas a tiracolo e não para pessoas solteiras, especialmente mulheres solteiras trabalhadoras com crianças pequenas para cuidar. Portanto, a manutenção do “mordomo” pode ser vista como emblemática para esse problema constantemente ignorado.

Além disso, apesar de nós mulheres possuímos muito em comum em relação a negociações, para os objetivos deste artigo, refletir sobre o impacto da transversalização na profissão diplomática, a distinção entre os dois modos de entrada é crucial; para este artigo, a história dos diplomatas de carreira é a importante. Como em muitos outros países, incluindo o Brasil, onde atualmente sirvo como a primeira mulher ganesa a ser destacada em 60 anos de missão, a caminhada para o topo tem sido devagar, embora alguns argumentem não ser tão difícil para as diplomatas de carreira ganesas como em outros países[1], por razões curiosas. Estas razões têm sido esclarecidas para mim por meio de conversas com alguns notáveis embaixadores aposentados.

Segundo H.E. Nana Araba Bema Kumi, ex-diplomata ganesa que serviu como embaixadora de Gana para a União Europeia, mulheres foram encorajadas desde cedo a entrarem no serviço diplomático, e desde o início receberam pagamento igual por trabalho igual. Após quase 40 anos de serviço, ela contempla uma carreira na qual acredita que ela e suas colegas foram tratadas com justiça e avançaram em situação de equidade em relação aos colegas homens. Hoje, ela é vice-reitora e secretária na Diretoria da Universidade Nyansapo, instituição fundada para treinar uma nova geração de diplomatas.

Nesta mesma questão, entretanto, o embaixador aposentado e enviado especial do presidente, Exmo. sr. Annan Cato, explica que, nos anos iniciais, a quantidade de mulheres se candidatando era pequena, sendo que as dificuldades eram mais socioculturais do que governamentais. Ele aponta, por exemplo, que, nos primeiros anos após a independência, mulheres como a sra. Gloria Nikoi entraram no serviço diplomático. Contudo, a carreira da sra. Nikoi talvez seja emblemática, tendo sido a primeira mulher a ser nomeada embaixadora, cargo que ela recusou por questões de família - seus filhos eram jovens e seu próprio marido estava em uma fase crucial de sua carreira diplomática[2]. Ela o acompanhou, ao invés de ele acompanhá-la (um gesto efetivamente impensável à época). Porém, a sra. Nikoi acabou por ocupar, por alguns meses em julho de



1979[3], o posto de primeira mulher ministra das Relações Exteriores. Levou quase trinta e cinco anos para que outra mulher, a honorável Hannah Tetteh, ocupasse o cargo por um mandato, em 2013.[4] A atual ministra, a honorável Shirley Ayorkor Botchway, nomeada em 2017, está agora na metade de seu segundo mandato, um recorde.

Entretanto, por mais que Gana tenha tido mulheres no serviço exterior desde que se tornou uma nação, levou aproximadamente 25 anos até que a sra. Agnes Aggrey-Orleans se tornasse a primeira mulher diplomata de carreira a ser nomeada embaixadora, após o que assumiu vários cargos, inclusive junto à Santa Sé. Em seu caso, contudo, ela e seu marido diplomata, o falecido embaixador James Aggrey-Orleans[5], foram bem-sucedidos em gerenciar distintas e paralelas carreiras diplomáticas, e criarem seus filhos juntos. Sua carreira floresceu e ela é hoje uma das principais fontes para o treinamento de jovens diplomatas. Felizmente, nos dias de hoje, graças a mudanças sociais e a grandiosos avanços tecnológicos que tornam o emprego remoto possível, uma geração de mulheres encontrou cônjuges com habilidade e vontade para repensar como investir em suas carreiras de maneira a auxiliar o sucesso de suas esposas. Hoje, o grupo de oficiais “A” é muito diferente e, dos 60 oficiais em serviço atualmente, a maioria é feminina.

Não é apenas o nosso reconhecimento como mulheres individuais que está em questão, mas a habilidade da estrutura profissional em receber e promover mulheres, bem como em igualar sua participação nas instâncias superiores. A embaixadora Kumi atribui a vagareza na evolução após sua própria turma entrar no serviço nos anos 1970 à instabilidade política e recessões econômicas da década de 1980, que impuseram restrições internas para o recrutamento e promoções.



Se considerarmos nossas servidoras internacionais que serviram como diplomatas em organizações como as Nações Unidas, Gana também fez história. A sra. Martha Pobee, nomeada embaixadora e representante permanente de Gana para a ONU de 2015 a 2020 hoje é secretária-geral assistente para a África, encarregada dos Assuntos Políticos e de Construção da Paz, bem como de Operações de Paz. Sua nomeação destaca o sucesso singular das mulheres ganesas em posições de liderança no sistema ONU hoje. No Leste Africano, a cadeia de comando passa por Kiki Gbeho, como representante especial adjunta para a Missão das Nações Unidas de Assistência na Somália [6], que se reporta a Hannah Tetteh, a enviada especial para o Chifre Africano, que se reporta a Martha Pobee como secretária-geral assistente para África. Essas três mulheres, com diferentes trajetórias, trazem uma perspectiva interessante sobre as potencialidades de algumas pessoas no sistema das Nações Unidas.

Embora possa parecer que Gana é a exceção que prova a regra, é difícil usá-la como estudo significativo de caso, pois um dos princípios básicos para o processo de transversalização é complicado de atingir: a desagregação de informações, incluindo datas e estatísticas que contem as histórias de mulheres. Estas reflexões têm me inspirado a investigar mais sobre o tema. O que aqui escrevi é, em sua maioria, empírico[7].

Abena P. A. Buisa

Embaixadora de Gana no Brasil



REFERÊNCIAS

[1] Para um filme brasileiro esclarecedor quanto às mulheres na diplomacia, ver: “Exteriores: Mulheres Brasileiras na Diplomacia”.

[2] Ela foi casada com H.E. Amon Nikoi, economista e diplomata que foi representante de Gana para as Nações Unidas e, depois, Diretor do Banco de Gana.

[3] Sob o governo do Tenente de Voo Jerry Rawlings, do Conselho das Forças Armadas Revolucionárias (AFRC), antes da inauguração da nossa Terceira República, em setembro de 1979.

[4] Hoje, ela serve como Enviada Especial das Nações Unidas para o Chifre da África, após servir como Representante Especial do Secretário- Geral para a União Africana e Chefe do Escritório da ONU para a União Africana.

[5] Alto Comissariado Ganense para o Reino Unido e Embaixador na Irlanda de outubro de 1997 até março de 2001.

[6] Anita Kiki Gbeho teve uma longa e dedicada carreira com a ONU, onde, começando como guia turística, após mais de três décadas, alcançou sua posição atual de liderança na qual, até as nomeações de Suas Excelências Tetteh e Pobee no ano passado, era a mulher ganesa com mais autoridade no serviço público internacional.

[7] Meus sinceros agradecimentos aos Embaixadores Cato e Kumi, por compartilharem suas reflexões em suas respeitáveis carreiras, e a minha sobrinha Kiki Gbeho, por suas observações como servidora internacional de uma nova geração.

INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO: AVANÇOS E DESAFIOS

Anastasia Divinskaya
Representante da ONU Mulheres no Brasil

Este ano comemoramos o 25º aniversário das Conclusões Acordadas sobre a integração da perspectiva de gênero nas políticas e programas do Sistema das Nações Unidas (ONU), adotadas pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC).[1] Essa conquista notável desencadeou mudanças em políticas e operações internas com base em todas as agências, fundos e programas da ONU e se tornou parte integrante da Reforma do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. O ECOSOC definiu a integração da perspectiva de gênero como uma estratégia para tornar as preocupações e experiências das mulheres e dos homens uma dimensão integral da concepção, implementação, monitoramento e avaliação de todas as políticas e programas em todas as esferas com o objetivo final de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Os mandatos de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres são universalmente acordados pelos Estados Membros da ONU. Abrangem todas as áreas de paz, desenvolvimento e direitos humanos. Os mandatos sobre igualdade de gênero derivam da Carta da ONU, que inequivocamente reafirmou a igualdade de direitos de homens e mulheres, sendo reforçada pela visionária Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável [2]. As Conclusões do ECOSOC (1997) se baseiam na estratégia de integração da perspectiva de gênero da Declaração e do Plano de Ação de Pequim, adotados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) [3].

A transformação fundamental que ocorreu após Pequim e ecoou nas Conclusões Acordadas foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco das mulheres apenas para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliadas. Somente com uma reestruturação tão fundamental da sociedade e de suas instituições as mulheres poderiam ser plenamente capacitadas para ocupar seu legítimo lugar como parceiras iguais aos homens em todos os aspectos da vida.



A ONU Mulheres é resultado de ambos, da demanda do movimento mundial de mulheres por uma ação forte e consolidada da ONU, bem como da Reforma da ONU. Quando a Assembleia Geral criou a ONU Mulheres, em julho de 2010, ela transferiu para a nova entidade os mandatos e funções do escritório do assessor especial sobre Questões de Gênero e Promoção da Mulher, da Divisão para o Avanço da Mulher, do Fundo de Desenvolvimento da ONU para a Mulher e do Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço da Mulher, com o papel adicional de liderar, coordenar e promover a responsabilidade do sistema das Nações Unidas em seu trabalho sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Apoiando a equipe nacional da ONU com coordenação, coerência e integração de gênero em toda a ação da ONU no Brasil, a ONU Mulheres também fornece, por meio de seu mandato normativo e ações operacionais, uma orientação e apoio técnico aos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, a seu pedido, sobre a igualdade de gênero, o empoderamento e a intersecção dos direitos humanos das mulheres e meninas. Temos relações únicas com diversos movimentos de mulheres e direitos humanos no Brasil, o que nos permite identificar rapidamente as necessidades e causas das desigualdades e agir. Atuamos como parte da equipe nacional da ONU, liderando e coordenando seu trabalho sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres por meio do Grupo Temático Interagencial sobre Gênero, Raça e Etnia, incluindo 19 agências, fundos e programas.

As estruturas estabelecidas da ONU, as conclusões acordadas e as estratégias comuns facilitam a cooperação do sistema da ONU com o Brasil e os outros Estados Membros para alcançar a visão da Agenda 2030: o desenvolvimento só será sustentável se seus benefícios se acumularem igualmente para mulheres e homens, particularmente aqueles que enfrentam múltiplas formas de discriminação e assim sendo deixados e deixadas para trás.

As últimas décadas viram a reafirmação da igualdade de gênero como inextricavelmente ligada à consecução do desenvolvimento sustentável para todos e todas:

- 131 países aprovaram leis para apoiar a igualdade das mulheres, inclusive para aumentar o acesso à saúde e à educação de boa qualidade, e para promover a representação política das mulheres.
- Mais países alcançaram a paridade de gênero nas matrículas educacionais.
- Menos mulheres estão morrendo no parto à medida que a taxa global de mortalidade materna diminuiu.
- 70% dos Estados reforçaram a proteção social; e três quartos introduziram ou fortaleceram a licença maternidade, paternidade ou licença parental para enfrentar a parte desproporcional das mulheres no cuidado não-remunerado e no trabalho doméstico.

- Tem havido um progresso constante nas últimas duas décadas na promulgação de legislação para enfrentar a violência contra as mulheres [4].

Apenas estes exemplos de progresso significam que a visão alinhada e a ação acordada e colaborativa da ONU e dos Estados Membros aparentemente produzem os resultados. Uma recente revisão do trabalho do sistema da ONU sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, incluindo a análise do apoio de 51 entidades à implementação da Plataforma de Ação de Pequim e da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável demonstrou um crescimento geral no escopo do trabalho para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. As maiores prioridades do sistema da ONU durante o período do relatório foram: a eliminação da violência contra mulheres e meninas, a transformação de normas discriminatórias, a melhoria do acesso à educação de qualidade, a expansão da participação política das mulheres e o empreendedorismo das mulheres. [5]

Ao mesmo tempo, apesar desses avanços em geral, o progresso fica aquém do que os Estados Membros se comprometeram a fazer:

- Os cuidados não-remunerados e o trabalho doméstico permanecem teimosamente feminizados.
- Menos de dois terços das mulheres estão na força de trabalho e quase 400 milhões vivem em extrema pobreza.
- A fraca aplicação das leis sobre violência doméstica significa que 243 milhões de mulheres são vítimas de violência por parte de um parceiro íntimo a cada ano.
- A sub-representação das mulheres em cargos de poder continua sendo a norma: os homens detêm 75% dos assentos parlamentares e 73% dos cargos gerenciais.
- Os homens constituem 70% dos negociadores do clima, enquanto uma crise climática tem impactos devastadores desproporcionais sobre as mulheres e meninas mais marginalizadas [6].

Ainda há muito trabalho pela frente.



Para a ação futura, temos que considerar as mudanças fundamentais no cenário global de igualdade de gênero que ocorreram durante as últimas décadas. Entre essas tendências, certamente, está o fato de que os ganhos do desenvolvimento não foram compartilhados igualmente, com riqueza e poder concentrados entre poucas pessoas, enquanto a insegurança econômica prevalece para muitas.

Em todas as esferas, da saúde à economia, da segurança à proteção social, os impactos da Covid-19 são exacerbados para as mulheres e meninas. O mundo está vendo o aumento da política de exclusão fundamentada na misoginia, racismo e xenofobia, com erosões democráticas, enquanto o empurrão contra a igualdade de gênero está se tornando mais forte. O crescente empurrão contra os direitos das mulheres ocorre não apenas por meio de reformas políticas regressivas, mas também pelo esvaziamento menos visível das instituições mandatárias para promover a igualdade de gênero.

Outra tendência importante é um aumento dos movimentos das mulheres no mundo. Energizadas pelas jovens feministas, elas estão desafiando o progresso lento e fragmentado e estão impacientes pela mudança sistêmica diante dessas múltiplas crises. Podemos aprender com a forma como esses movimentos trabalham por meio de silos e fronteiras políticas, observando seu trabalho para fazer avançar os direitos das mulheres e meninas como intimamente ligado à conquista de justiça econômica, social e ambiental para todos e todas. Esses movimentos estão propondo novas alternativas corajosas para um mundo diferente, desafiando as assimetrias de poder que levaram o mundo ao ponto atual de crise.

No Brasil, hoje, durante a pandemia da Covid-19, o progresso duramente conquistado na igualdade de gênero e nos direitos das mulheres é cada vez mais precário e corre o risco de ser revertido, especialmente para grupos marginalizados de mulheres e meninas, como indígenas, negras, mulheres com deficiências e outras. Este é um momento vital para a parceria do sistema ONU com o governo e múltiplas parcerias para avaliar o progresso, identificar lacunas e tomar medidas. As lições aprendidas nos últimos 25 anos exigem ações, tanto imediatas como mais sistêmicas e de longo prazo para acelerar o progresso.

Uma parte da equipe da ONU no país, a ONU Mulheres, por meio de seu mandato único, coopera com o Brasil para aderir aos padrões globais e regionais para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Trabalhamos com o governo, Congresso, Judiciário e sociedade civil para elaborar leis, políticas e serviços necessários para assegurar que os padrões sejam efetivamente implementados e beneficiem verdadeiramente as diversas mulheres e meninas. Somos parceiras e parceiros para tornar a visão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável uma realidade para todas as mulheres e meninas e apoiamos a participação igualitária das mulheres em todos os aspectos da vida, concentrando-nos em três prioridades estratégicas de acordo com as prioridades nacionais: governança sensível ao gênero e liderança e participação das mulheres; empoderamento econômico das mulheres; e eliminação da violência contra mulheres e meninas.

Na ONU sabemos que, aplicando nossa força e recursos comuns a objetivos mútuos, nossas chances de alcançar uma massa crítica de resultados são muito mais fortes. Agora, mais do que nunca, é necessária uma ação urgente, sustentada e coordenada do sistema ONU para salvaguardar os ganhos de igualdade de gênero e promover os direitos e o bem-estar das mulheres e meninas no Brasil. Com esse entendimento em mente, estamos desenvolvendo o novo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU com o Governo do Brasil para os próximos quatro anos.

Anastasia Divinskaya
Representante da ONU Mulheres no Brasil



REFERÊNCIAS

- [1] Relatório de ECOSOC de 1997, A/52/3/Rev.1, adotado 18 de julho 1997, página 23: A_52_3_Rev-1-EN.pdf
- [2] Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, Objetivo 5 de Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: <https://sdgs.un.org/goals/goal5>
- [3] Declaração e do Plano de Ação de Pequim, adotados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, China, setembro 1995, e aprovados na Assembleia Geral, em dezembro 1995: A/CONF.177/20/Rev.1 - E - A/CONF.177/20/Rev.1 -Desktop (undocs.org)
- [4] Revisão e avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e os resultados da 23ª sessão especial da Assembleia Geral: relatório do Secretário-Geral: Review and appraisal of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and the outcomes of the 23rd special session of the General Assembly: (un.org)
- [5] Vinte e cinco anos depois de Pequim: Uma revisão do apoio do Sistema ONU para a implementação da Plataforma de Ação, 2014-2019, IAWANG, 2021: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/IA-NWGE-Review-of-UN-system-support-for-implementation-of-Platform-for-Action-2014-2019-en.pdf>
- [6] Ibid

O PAPEL DO ITAMARATY NA DIFUSÃO DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR

Embaixadora Paula Alves de Souza

Diretora do Departamento Cultural e Educacional do
Ministério das Relações Exteriores do Brasil



Ingressei na carreira diplomática brasileira em 1994, após concluir mestrado na disciplina de Relações Internacionais. Foi minha primeira experiência profissional, enriquecida ao longo dos anos, pela diversidade de países em que servi e pelas distintas áreas da diplomacia em que trabalhei.

Servi nas embaixadas brasileiras em Washington, em Buenos Aires e em Pequim. Desde meu retorno à Brasília, fui lotada na Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV), na Divisão de Pagamentos (DPAG) e no Departamento Cultural e Educacional (DCED), que hoje dirijo. Meu perfil profissional foge do padrão, uma vez que — algo pouco usual para um diplomata — estou em Brasília há quinze anos. Eu o fiz por razões profissionais e pessoais, em que busquei conciliar minha carreira com a educação dos meus filhos: um desafio que marcou minha vida desde que tive minha filha, no mesmo ano, aliás, em que me tornei diplomata.

Além disso, também incomum na carreira diplomática em que somos essencialmente generalistas, eu me especializei em uma área específica da política externa brasileira, a promoção cultural do Brasil no exterior. Ter trabalhado na hoje extinta DAV — cuja atribuição era a difusão internacional do audiovisual brasileiro — por seis anos e dirigido o DCED por quatro anos, fez que a maior parte da minha carreira estivesse voltada para o tema da cultura e da língua portuguesa. Por essa razão, vale mencionar, de forma mais detida, o trabalho que exerce o Itamaraty nessa área.



O Departamento Cultural e Educacional, que é uma das unidades mais tradicionais do Itamaraty, é composto, atualmente, por três divisões: a Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira, responsável pela concepção e acompanhamento das ações de difusão cultural no exterior nas mais variadas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa; a Divisão de Temas Educacionais, que trata de temas educacionais em organismos multilaterais, como a OCDE¹, o MERCOSUL, a UNESCO² e a OEA³, bem como da gestão de programas oficiais de cooperação educacional, como o PEC-G e o PEC-PG; e a Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa, que responde pela gestão bilateral e multilateral da língua portuguesa, na variante brasileira.

Como um dos pilares fundamentais da diplomacia pública brasileira, O DCED desenvolve seu trabalho com base em diretrizes de ação de difusão cultural e de cooperação educacional que privilegiem a articulação de pontes institucionais, em atuação reiterada e consistente, com a colaboração de segmentos representativos da indústria criativa brasileira, de representantes do campo da educação e com interlocutores relevantes no exterior.

A atuação do Itamaraty na área da difusão cultural se faz, tradicionalmente, mediante o apoio à realização de eventos propostos pela rede de Postos no exterior, produzidos diretamente por eles ou por terceiros que solicitam apoio financeiro, estimulando que sejam priorizadas atividades naquelas áreas percebidas como de maior interesse e maior potencial de proteção da cultura brasileira localmente.

É por essa razão que as atividades culturais, em 2022, estarão essencialmente voltadas para as celebrações do bicentenário da independência do Brasil.

¹Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
²Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
³Organização dos Estados Americanos

Cumprir mencionar que o Itamaraty integra a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos, ao amparo da qual organiza suas ações em alusão à efeméride. Nesse contexto, os nossos postos foram orientados, já em maio de 2021, a priorizar a celebração dos 200 anos na programação cultural a ser desenvolvida nas respectivas jurisdições. Recomendou-se que cada posto buscasse, na concepção de suas atividades, identificar referenciais que, quando possível, pudessem reforçar os aspectos simbólicos das relações bilaterais do Brasil com o país anfitrião e a sociedade local, como personalidades de interesse comum, marcos históricos e artísticos, lugares de destaque e efemérides.

As áreas culturais contempladas, vale mencionar, são a arquitetura, as artes cênicas, as artes visuais, o audiovisual, o design, a gastronomia, a literatura e a música. Desde 7 de setembro de 2021, foram realizadas mais de 20 atividades alusivas ao bicentenário, com alcance total de público superior a 15 mil pessoas, a despeito das restrições impostas pela pandemia. Para 2022, estimamos realizar cerca de 200 atividades alusivas à celebração do Bicentenário, oriundas de 93 postos em 80 países.

No tocante à difusão da língua portuguesa, o Itamaraty administra uma rede de ensino de português composta por 24 centros culturais, cinco núcleos de ensino e 32 leitorados em universidades estrangeiras (previsão de 45 até o final do ano).

Essa rede, distribuída por quase 40 países, atendeu, em 2020, a um público de mais de 12 mil alunos, tendo desenvolvido aproximadamente 120 projetos de difusão da língua portuguesa, não só como língua estrangeira, mas também como língua de herança, ação voltada às comunidades brasileiras no exterior.



Com o objetivo de harmonizar a difusão do idioma entre essas unidades, foram lançadas, no início de 2019, diretrizes para a difusão do português pelo Brasil no exterior, bem como desenvolvidos currículos unificados para uso da rede de postos do Itamaraty, os quais foram publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Cabe, também, notar que a virtualização do ensino e de atividades culturais foi tornada premente com o advento da pandemia. Vertente importante para a adaptação ao novo cenário diz respeito à capacitação do corpo docente, que fez que fossem também contempladas, nesse período, sessões virtuais de capacitação.

O Itamaraty conta também com o Programa de Leitorados, desenvolvido no exterior em parceria com a CAPES, em que se busca aproveitar o grande potencial de profissionais criteriosamente selecionados para atuar em centros universitários de excelência internacional. Os leitores encontram-se assim em posição privilegiada para acompanhar as inovações e os cenários mais ricos para o ensino e a difusão do idioma português, bem como para promover a cultura brasileira.

No campo da cooperação educacional, o terceiro pilar em que se sustenta o trabalho do DCED, há tradicionais programas coordenados com a CAPES e o CNPq: os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Principais ferramentas de cooperação educacional do Brasil, os PECs oferecem a estudantes de países com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico vagas gratuitas para realizar os estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, no caso do PEC-G, e bolsas de estudo para formação em cursos de mestrado e doutorado nas IES participantes, no caso do PEC-PG. A gestão do PEC-G é compartilhada com a Secretaria de Ensino Superior do MEC e a do PEC-PG, com a CAPES e o CNPq, responsáveis pelo pagamento das bolsas.

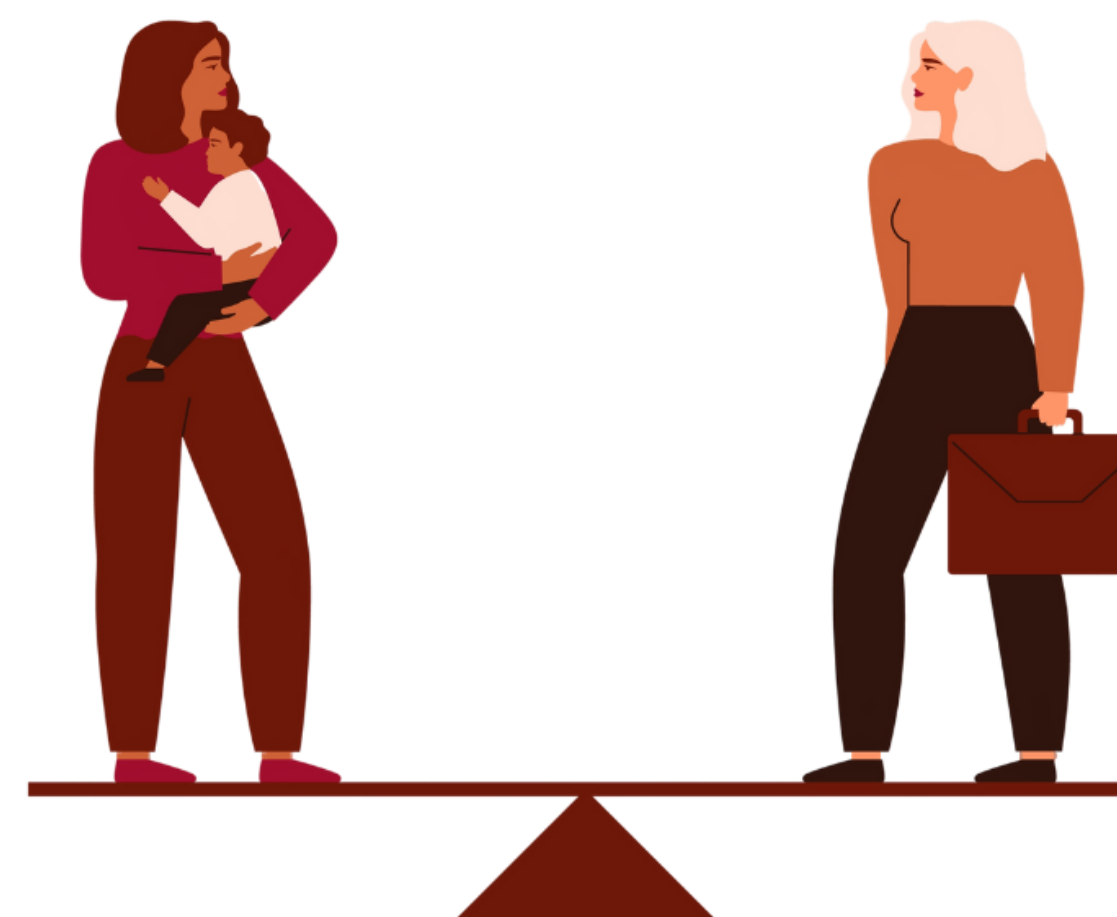
Por sua envergadura, o programa contribui para o fortalecimento das relações bilaterais com os países beneficiados e para a internacionalização das IES brasileiras. De 2000 a 2020, mais de 10 mil estudantes concluíram formação superior no Brasil somente ao abrigo do PEC-G, retornando aos países de origem para ocupar posições de destaque nas respectivas sociedades.



Cumpra ainda mencionar dois programas de formação naval, em parceria com o Estado-Maior da Armada (EMA): o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de oficiais da marinha mercante, e o Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD), destinado à preparação de aquaviários para atividades que exijam qualificações especiais.

Tendo mencionado minha atuação no Itamaraty, concluo, em tom pessoal, que, passados 28 anos desde que ingressei no órgão, sempre tive presente a série de desafios que a profissão impõe ao diplomata, sobretudo à mulher, dada a natureza itinerante da carreira. No meu caso, ao longo desse período, criei um casal de filhos, que hoje são adultos, ao mesmo tempo em que alcancei o topo da carreira.

Sinto-me orgulhosa de ter chegado aqui porque conciliar a trajetória profissional com a pessoal não foi tarefa simples. Não saberia dizer se meu caminho teria sido mais simples não fosse eu hoje uma diplomata. Acredito apenas que o esforço valeu a pena. Como servidora do estado brasileiro, tenho o privilégio de refletir sobre o Brasil de hoje e de buscar contribuir para o que seremos como país no futuro. Não haveria, a meu ver, experiência profissional mais gratificante.



Embaixadora Paula Alves de Sousa
Diretora do Departamento Cultural e Educacional do MRE

UMA POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA E OS DESAFIOS ATUAIS

Anders Wollter

Encarregado de Negócios da Embaixada da
Suécia no Brasil

Quando Margot Wallström, ex-ministra das Relações Exteriores, declarou, em 2014, que a Suécia iria seguir com uma política externa feminista, muitas pessoas se surpreenderam.

Menos de oito anos depois, a política externa feminista se estabeleceu como um novo padrão. Hoje, seis outros países também seguem esta política— Canadá, França, Luxemburgo, Espanha, México e, recentemente, Alemanha.

Existem várias razões para este desenvolvimento extraordinário. A primeira é, claramente, a situação mundial de meninas e mulheres e a disposição para fazer algo sobre tal situação. Lamentavelmente, o usufruto pleno dos direitos humanos para meninas e mulheres é um assunto inacabado desde o século passado.

Diversos estudos e pesquisas mostram que a igualdade de gênero é essencial para se atingir o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e a paz. Também sabemos que igualdade de gênero é um valor central para a democracia, e um pontapé inicial para a adaptação climática, além de criar qualidade de vida para todos — inclusive para os homens.

Infelizmente, os riscos da pandemia retrocederam progressos globais no âmbito da igualdade de gênero. A situação se agrava quando combinada com a diminuição do espaço democrático em variados contextos.

Com os recentes desenvolvimentos na Europa, vemos, com tristeza, mais razões para a defesa da ordem mundial baseada em regras, Estado de Direito, direitos humanos, e resolução pacífica de conflitos. Uma abordagem feminista é fundamental para reconhecer tais desafios.

Igualdade de gênero é um pré-requisito fundamental para a Suécia atingir seus objetivos gerais na política externa. Paz e segurança sustentáveis e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não podem ser alcançados se for excluída, ou diminuída, metade da população.

Espera-se que todos os diplomatas e servidores públicos suecos olhem o mundo sob uma perspectiva de gênero e uma abordagem integrada e sistêmica, para inserir a igualdade de gênero em todas as políticas e ações.

Nossa política externa feminista é completamente integrada em operações diárias, nas mais de 100 missões diplomáticas no exterior — embaixadas, consulados e representações em organismos internacionais. Como representantes de governo, refirmamos que a igualdade de gênero é interligada com as decisões políticas e suas repartições. O objetivo é promover o empoderamento de meninas e mulheres em todos os estágios da vida e suas esferas. Para isto, necessitamos de um sistema de políticas públicas responsivo ao tema gênero, assim como de um sistema de proteção social para o assunto. Eliminar leis discriminatórias é o ponto principal.

Neste âmbito, também precisamos trabalhar em cooperação próxima com a sociedade civil — não somente com organizações de defesa dos direitos das mulheres, mas também com sindicatos e instituições de negócios.

Em termos práticos, a Suécia organizou a política externa feminista em torno de três 'R's': *'rights'* (direitos), *'representation'* (representação) e *'resources'* (recursos). Esse é o parâmetro que usamos ao analisarmos os contextos em que trabalhamos.



O que as estatísticas dizem sobre as disparidades entre mulheres e homens, meninas e meninos? Todos possuem os mesmos direitos à educação, trabalho, herança, casamento e divórcio? São representados onde as decisões são tomadas, em parlamentos, conselhos locais e outras arenas políticas? A igualdade de gênero é considerada quando recursos são alocados em orçamentos gerais ou no desenvolvimento de projetos de assistência?

Em um estágio global, durante o mandato da Suécia como um membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nós, consistentemente, promovemos a integração da perspectiva de gênero nos trabalhos diários do Conselho, nos contextos temáticos e geográficos e nas conversas a respeito de declarações e resoluções.

Solicitamos relatórios de organizações para o direito das mulheres para que possamos informar ao Conselho de Segurança sobre meninas e mulheres em diversas situações conflituosas. Ano passado, essa abordagem sistemática foi levada adiante durante todo o mandato sueco como líder da Organização para Segurança e Cooperação na Europa, e continuará por toda a sua presidência no conselho da União Europeia, em 2023.

Até acordos de comércio são analisados em termos de gênero, sob nossa política comercial feminista. Uma liderança política forte é necessária, e é preciso coragem e paciência. Essa liderança precisa ser combinada com propriedade e linhas de responsabilidade claras em todos os níveis. A perspectiva de gênero precisa estar integrada em sistemas, processos e estruturas de responsabilidade.

Por meio de nossa política externa feminista, atingimos resultados significantes. Por exemplo, o estabelecimento de uma rede de mulheres que agem como moderadoras, ativas ao redor do mundo, defendendo assuntos relacionados às mulheres, paz e segurança. Também temos aumentado, substancialmente, nosso auxílio financeiro às causas pela igualdade de gênero.



Hoje, aproximadamente 85% da assistência bilateral sueca ao desenvolvimento é focada em gênero ou possui igualdade de gênero como objetivo principal.

O diálogo, a proteção e o apoio a organizações de direitos das mulheres e defensoras dos direitos humanos das mulheres são elementos-chave da política externa feminista sueca. A Suécia apoia organizações coordenadoras de grupos para os direitos das mulheres, que oferecem auxílio e proteção aos defensores dos direitos das mulheres ao redor do mundo, a exemplo dos nossos feitos no Afeganistão, Indonésia, Síria e Paquistão.

A Suécia é campeã global na defesa da saúde sexual e reprodutiva e é também um dos países que mais doam para o Fundo de População das Nações Unidas. Importante, já que há uma crescente resistência aos direitos a igualdade de gênero e saúde sexual e reprodutiva, vinda de vários países e movimentos.

Temos lutado pelo empoderamento econômico das mulheres, pois ele é fundamental para a igualdade de gênero, bem como é a área mais atrasada. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, mais uma geração de mulheres terá que aguardar pela paridade de gênero, uma vez que a pandemia aumentou a disparidade global entre os gêneros. Os severos efeitos econômicos observados nas mulheres pela pandemia estão relacionados à menor oportunidade de acesso aos recursos econômicos, à maior incidência em trabalhos informais ou em subempregos, e acesso reduzido às proteções sociais. Adicionalmente, as mulheres assumem a maior parte da responsabilidade por trabalhos de assistência não assalariados.

A Suécia está atualmente coliderando a Ação Coalisção em Justiça e Direitos Econômicos dentro da iniciativa para Igualdade Geracional das Nações Unidas. Nesta coalisção, nos comprometemos a trabalhar para fortalecer o empoderamento econômico das mulheres em cinco anos.

Uma lição aprendida trabalhando com a política externa feminista é que igualdade de gênero frequentemente provoca fortes reações. Ela toca em pontos chave, como distribuições de poder, recursos e influência, mas também na vida pessoal dos indivíduos. É crucial ser específico quanto ao contexto e recorrer à pesquisa, experiência e argumentos bem fundamentados, que apresentem os benefícios da equidade de gênero para a sociedade como um todo, por exemplo, em termos de desenvolvimentos social e econômico.

A política externa da Suécia, sendo declaradamente feminista, é um importante passo em direção a um mundo mais igualitário. Enquanto as vidas cotidianas de meninas e mulheres ao redor do mundo forem marcadas por discriminação e subordinação sistemática, a política externa feminista será necessária. Não podemos diminuir esforços sobre isto. É necessário evoluir, ainda mais, na promoção dos direitos de meninas e mulheres, em busca de um mundo mais justo, pacífico e sustentável. A emancipação e empoderamento das mulheres é, junto à promoção dos direitos humanos e Estado de Direito, fundamental para os desenvolvimentos econômico e social mundiais.

Ainda há muito trabalho a ser feito, e novos desafios aparecem na Europa, como vistos recentemente. Porém, os progressos dos últimos sete anos mostram que seguir com a política externa feminista faz a diferença — para todos, não apenas meninas e mulheres.

Que todos os dias haja busca por esta igualdade.

Anders Wollter

Encarregado de Negócios da Suécia no Brasil



REDES DE CIDADES E GÊNERO



Ao clicar em cada logo, será possível conferir o trabalho das redes de cidades na íntegra

REDES DE CIDADES E GÊNERO

O QUE SÃO AS REDES DE CIDADES?

Em um período em que mais da metade da população mundial está localizada em centros urbanos, é essencial a reflexão sobre o papel da cidade na sociedade. As grandes cidades têm a capacidade de oferecer esforços para que os países se desenvolvam, além de possuírem uma menor distância entre as necessidades e demandas dos cidadãos e da gestão.

Dessa forma, as redes internacionais de cidades apresentam-se como uma oportunidade de projeção internacional dos governos não-centrais, assim como espaços de reflexão e intercâmbios de práticas bem-sucedidas em gestões locais e, principalmente, como um canal de repercussão internacional a partir das discussões e da divulgação de relatórios referentes aos trabalhos desenvolvidos em seu âmbito, dos problemas enfrentados pelos governos locais e também de problemas globais que se concretizam no território dos governos subnacionais.

A rede de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) é uma organização global que congrega mais de 150 mil cidades afiliadas e tem por missão atuar como porta-voz dos governos locais nos organismos e fóruns internacionais, aumentando o grau de envolvimento dos atores subnacionais nas instituições de governança global. A CGLU defende que as autoridades locais e regionais de todos os cantos do mundo se tornem a principal fonte de inteligência, melhores práticas e apoio ao governo democrático, eficaz e inovador.



Em sua última publicação, no Dia Internacional da Mulher, a CGLU ressaltou o estudo que apresenta a desproporcionalidade do impacto que a pandemia gerou em meninas e mulheres, trazendo à tona a importância da questão de gênero ser parte das agendas dos países, para assegurar a segurança, igualdade e justiça social no âmbito local também. Ter uma liderança feminista garante certos princípios à população feminina, como a transversalização do tema no contexto dos direitos humanos, segurança, educação e desenvolvimento socioeconômico.

Além disso, a CGLU lançou uma série em formato de *podcast* intitulada "Cidades e Territórios Feministas", com conversas de lideranças femininas ao redor do mundo, refletindo conceitos novos, como 'feminizar' a política, entre outros. A organização também contribuiu para apresentar o movimento feminista municipal na 66ª sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher (CSW66).



MERCOCIDADES

Desde 1995, a rede Mercocidades trabalha para construir uma integração regional, baseada no respeito à diversidade e uma cidadania ativa e sem fronteiras. É uma organização presente nos países do Mercosul e seus associados - conta com 364 cidades membros, de 10 países sul-americanos (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Peru e Colômbia), somando mais de 120 milhões de habitantes.

Atualmente, a rede se subdivide em 15 unidades temáticas e sete grupos e comissões de trabalho, que difundem experiências exitosas, contribuem para a formulação de políticas públicas e promovem pesquisas. Elas surgem como resposta às necessidades de suas cidades membros em trabalhar com diversas áreas de relevância para a sociedade.

Sobre a temática de gênero, a rede Mercocidades se compromete a impulsionar soluções às problemáticas enfrentadas pelas cidades, contribuindo para a redução das disparidades que ainda perduram entre homens e mulheres. Em sua última publicação, a Unidade Temática de Gêneros e Municípios (UTGM) programou uma ação para o Dia Internacional das Mulheres, na Argentina, para destacar a importância da luta por direito à saúde, à representação política e cultural, e também à atividade econômica. A UTGM trouxe a história do dia 8 de março, destacando as mulheres sul-americanas que foram essenciais para a conquista das lutas destacadas na ação.

metropolis

A Rede das Grandes Metrôpoles é uma Organização Não-Governamental que tem como objetivo principal fomentar a cooperação internacional e desenvolver políticas para solucionar os problemas enfrentados pelos grandes centros urbanos do planeta, especialmente no tocante ao desenvolvimento e ao planejamento urbano. Metropolis é representada por 141 metrôpoles espalhadas no mundo todo e atua como um foro internacional para explorar questões e inquietudes comuns a todas as grandes cidades.

Um dos pontos principais de trabalho é a 'Transversalização de gênero', pelo qual visa oferecer mais visibilidade ao comprometimento das metrôpoles membros da organização com ações que assegurem o acesso de meninas e mulheres aos centros urbanos por meio de

políticas públicas, estratégias e mecanismos que promovam a igualdade de gênero de forma transversal à sociedade local e regional. Mais especificamente, os ODS 5 (Igualdade de gênero) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) são trabalhados em Metropolis com ênfase nos tópicos de mobilidade sustentável e segurança em espaços públicos.

Segundo o Plano-Estratégico 2021-2023 da rede, 65% dos funcionários da Secretaria-Geral são mulheres; 85% dos estagiários também são do gênero feminino e, dos mais de 170 especialistas que colaboram com a rede, 85 são mulheres. A rede afirma que 52% do público dos eventos organizados por Metropolis é feminino e que, das 25 recentes publicações da rede, 21 delas abordam a perspectiva de gênero de forma transversal. Apesar disso, a desigualdade de gênero em cargos de liderança é evidenciada pela informação de que apenas 16,8% das metrôpoles da rede são governadas por mulheres.

Em uma de suas últimas publicações, a organização expõe um estudo sobre como a pandemia da Covid-19 influenciou na violência de gênero, principalmente no acesso de mulheres aos espaços e transportes públicos.



Unión de Ciudades
Capitales Iberoamericanas
União das Cidades
Capitais Ibero-americanas

A União das Cidades Capitais Ibero-americanas é uma organização que integra 29 cidades capitais da região ibero-americana que compartilham princípios e enfrentam desafios similares. Com 38 anos de existência, a rede zela pelo diálogo e reafirmação de laços entre as cidades membros, por meio da promoção da solidariedade e cooperação, assim como pela troca de experiências e boas-práticas.

Desde 1989, com a criação dos Comitês Setoriais, os trabalhos da UCCI se tornaram mais ágeis e operativos, para aprofundar os assuntos tratados na esfera municipal. Os trabalhos da UCCI na temática de gênero são conduzidos no âmbito do Comitê Setorial de Igualdade, atualmente inserido na vice-presidência de Política Social e Bem-estar.

A rede também promove eventos e iniciativas sobre a temática de gênero. Por exemplo, recentemente, em parceria com a União Internacional de Transportes Públicos (UITP), realizou o seminário virtual "Igualdade de gênero hoje para um amanhã sustentável". Da mesma forma, no ano passado, promoveu o evento virtual "Mulheres que motivam", organizado pela prefeitura de Quito, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, que teve como objetivo conhecer as experiências de sucesso das mulheres que dirigem entidades de controle de espaços públicos e os desafios que elas têm enfrentado.



©Escritório de Assuntos Internacionais
(EAI-DF)/Governo do Distrito Federal, 2022
Revista Distrito Internacional- 2ª Edição

www.internacional.df.gov.br
Instagram: @internacional_df
Twitter: @internacionalDF

